

Sobre a centralidade urbana de Jardim-MS: notas a partir da escala de uma cidade pequena

Igor Ronyel Paredes Gomes¹

Resumo: O presente ensaio visa lançar reflexões sobre centralidade urbana a partir de duas escalas conceituais, quais sejam: a escala do espaço intraurbano, da cidade, com suas porções espaciais que se articulam dialeticamente na relação parte-todo; e a escala interurbana, ou seja, do conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos. Tal reflexão girará em torno da análise de uma cidade pequena, com seu sítio urbano localizado na porção territorial sul-mato-grossense da formação espacial brasileira, mais especificamente no Sudoeste do Mato Grosso do Sul, qual seja, Jardim-MS. Entendendo a centralidade urbana como uma construção social, no âmago do processo de produção do espaço, o escopo desse trabalho visa apreender como essa característica (a centralidade), apreensível na dimensão funcional do espaço, liga-se ao conjunto de formas materializadas pela sociedade no espaço.

Palavras-chave: centralidade urbana; produção do espaço; cidade pequena; escala.

ABOUT THE URBAN CENTRALITY OF JARDIM-MS: NOTES FROM THE SCALE OF A SMALL CITY

Abstract: This essay aims to offer reflections on urban centrality from two conceptual scales: the intra-urban scale, focusing on the city and its spatial components that interact dialectically within a part-whole relationship; and the interurban scale, which considers the functionally interconnected network of urban centers. The reflection is centered on a small city, Jardim-MS, located in the southern region of Mato Grosso do Sul, Brazil, specifically in the Southwest of the state. By understanding urban centrality as a social construct at the core of the space production process, this work seeks to explore how this characteristic (centrality), understood within the functional dimension of space, is connected to the forms materialized by society within that space.

Keywords: urban centrality; space production; small city; scale.

Introdução

A cidade enquanto obra (Lefebvre, 1999) se configura como a materialização das relações sociais no decorrer de gerações a partir da natureza (Carlos, 2007), processo que engendra um conjunto de formas espaciais (bairros, vias, prédios, praças, casas) permeadas de conteúdos sociais (econômicos, políticos, culturais) que possibilitam a reprodução da espacialidade do homem. No correr desse processo (produção do espaço), determinadas porções da cidade adquirem elementos que se tornam determinantes/condicionantes da direção dos fluxos que perpassam/movimentam o espaço. Os centros, ou áreas centrais, são as porções materiais que exercem centralidade em relação às demais porções espaciais que compõem a cidade. É sobre

¹ ronyelparedes@gmail.com, PPGG/UFGD, <https://orcid.org/0009-0000-5873-7505>

essa característica do espaço urbano (a centralidade) que o ensaio visa tecer algumas notas.

Cabe pontuar, que a centralidade urbana não se coloca unicamente na escala intraurbana, ou seja, de parte da cidade com relação a toda a cidade; mas, configura-se, dependendo do papel que a mesma cumpre com relação ao seu entorno², em escala interurbana, ou seja, da rede urbana. Assim, “[a] centralidade urbana pode, então, ser trabalhada cada vez mais por meio da articulação entre suas duas escalas de expressão: a do espaço interno da cidade e a da expressão de suas relações com outros espaços.” (SPOSITO, 1998, p. 35)

A centralidade, sendo característica inerente às relações sociais que se dão sobre/no espaço urbano, é, desse modo, produto social que preenche de conteúdo (funcional) as formas espaciais (áreas centrais) que compõem a cidade. A respeito dessa noção Silva aponta que

A centralidade seria justamente a capacidade de polarização, de integração/dispersão, manifestado por um centro a partir de sua configuração física. A centralidade não seria dessa maneira uma realidade material, como o centro, mas sim algo imaterial, uma capacidade de polarização, uma potência que se expressa a partir do centro. (2013, p. 4-5)

Podemos, nesse sentido, apreender a centralidade na dimensão *funcional* do espaço, ao mesmo tempo, ligada a uma *forma* (centro), pois se faz através dela (prédios comerciais, agências bancárias, praças, instalações públicas, etc). Forma e função, por sua vez, sintetizam uma estrutura espacial³, qual seja a cidade. Tal *estrutura*, sob a égide do modo de produção vigente, onde os valores de troca sobrepõem-se aos valores de uso das inúmeras porções do espaço urbano, configura-se como uma estrutura da/para a (re)produção capitalista. Acrescenta-se que a cidade capitalista, é *produto* do processo de produção do espaço urbano⁴, desse modo, forma, função, estrutura e processo (Santos, 1982) aparecem integrados sob a égide da estrutura capitalista do espaço (re)produzido.

Cabe pontuar, numa escala geográfica maior, que a centralidade se constitui como uma dimensão funcional do espaço organizado em rede. Desse modo, essa característica inerente a algumas porções das cidades, caracteriza também as relações que ocorrem na rede urbana, ou seja, no conjunto funcionalmente articulado de cidades (CORRÊA, 2006). Se no espaço (intra)urbano a face material da centralidade se constitui no centro, ou mesmo nos subcentros que

² A dimensão funcional das cidades pode ser de pequeno alcance, centralizando fluxos apenas de seu território municipal; ou de longo alcance, estendendo-se sobre centros urbanos de todo um território nacional, ou mesmo de outros países.

³ Whiltacker (2003).

⁴ Carlos (2007) propõe a perspectiva do espaço urbano a partir da tríade produto, condição e meio.

se formam ao longo dos processos de redefinições e reestruturações espaciais, no espaço interurbano a face material da centralidade é constituída pelos centros urbanos.

Na escala interurbana, o grau de centralidade varia de cidade para cidade, dependendo dos papéis/funções urbanas materializadas em seus espaços urbanos. Nesse sentido, uma cidade pode exercer centralidade mínima, apenas, por exemplo, sobre seu território municipal, são, em aproximação a Santos (1982), cidades locais, outra pode exercer uma centralidade com alcance espacial amplo, como uma Metrópole – que comanda uma rede urbana⁵. Cabe acrescentar que os níveis de centralidades derivam da diferenciação espacial das cidades, produto da heterogeneidade na materialização das relações sociais no espaço. (Corrêa, 1994)

Desde uma centralidade mínima, de um centro local⁶ com atividades essenciais para a (re)produção social da população próxima, até uma centralidade máxima, de uma Metrópole Global, onde estão os centros de gestão de empresas que se instalam em outros territórios nacionais, de onde também se disseminam informações, padrões de consumo, e para onde se direcionam capitais e pessoas de ampla parcela do espaço, a rede urbana apresenta, inerente a sua estrutura espacial, tal dimensão funcional. (CORRÊA, 2006)

Para compreendermos como se define e se redefine a centralidade urbana, acrescentemos interurbana, Whiltacker (2003) preconiza que há de se analisar, *a priori*, o processo mais amplo de estruturação e reestruturação urbana. Uma vez que a centralidade se constitui como característica inerente a algumas porções da cidade, faz-se necessário compreender como se dá esse processo de produção coletiva do espaço urbano – da qual uma das faces materializa a estruturação urbana –, na dialética de criação de diferentes formas, usos do solo urbano, enfim, de localizações (centro, periferia, etc). Do mesmo modo, faz-se mister considerar as cidades (como formas espaciais, na escala da rede) que articulam-se funcionalmente de forma hierárquica-complementar, estruturando um sistema urbano. Em outro momento, o autor pondera:

Se a estrutura for a relação entre forma, função e retrato do processo. Estruturação seria a compreensão e validação da dimensão processual desta relação. [...] uma vez que deve a concepção de estruturação dar conta de que a relação forma e função é continuamente transformada pelo processo, que é socioespacial. [...] Como dimensão da existência do Homem, o espaço possui o que foi e o vir a ser. É condicionado e é condicionante. Assim, a estrutura urbana detém tempo social e condiciona, em certo grau, as ações futuras. É, assim, processo (estruturação) e fenômeno (estrutura). (2010, p. 8)

⁵ Corrêa (2006).

⁶ Pontue-se que há “cidades” que não chegam a se configurar como centro local, é o caso das “pseudociidades”, apontadas por Santos (1982) que não atingem um grau de complexidade socioespacial a ponto de centralizar as atividades sociais mesmo de seu entorno próximo, como exemplo, as cidades-dormitório, voltadas para o campo ou para um centro maior.

Acrescentemos que a estrutura intra e interurbana, arranjo entre forma e função, é perpassada por fluxos (que dão movimento ao espaço), no âmbito de um processo (de produção de novas formas, de novos usos do solo; de redefinições funcionais na escala da rede), condicionando-a (a cidade e a rede urbana) a um processo ininterrupto de produção do espaço, ou mesmo, de redefinições socioespaciais – nas mais variadas escalas espaço-temporais⁷. Redefinições funcionais que podem, dependendo do nível de mudanças perpetradas (do período de ocorrência e da escala de abrangência), engendrar reestruturações (um processo mais amplo), que mexem com as formas e funções de toda a cidade.

No sentido posto para a escala intraurbana, no processo de estruturação da cidade, de criação de usos e/ou apropriação do solo, criam-se e definem-se áreas na cidade que tem como conteúdo uma função social (seja econômica, cultural, simbólica-ideológica, política...). Nesse processo materializam-se os centros – que só se definem como tal na dialética de produção-uso das diferentes frações da cidade –, prenhes de relações sociais.

Em certas realidades urbanas, o centro tradicional, aquela primeira parcela da cidade que adquiriu efetiva centralidade, vem sendo redefinida, diante da consolidação de outras áreas que tornam-se centralizadoras de fluxos espaciais⁸. Entretanto, cabe pontuar que esse processo de (re)definição da centralidade urbana não ocorre da mesma forma, ou com a mesma intensidade, nas diferentes escalas da formação socioespacial brasileira. Nessa perspectiva, cabe analisar as particularidades inerentes a cada realidade socioespacial a ser considerada.

Materiais e métodos

Para o desenvolvimento do presente ensaio, além de uma fundamentação teórica, baseada em escritos sobre o tema da centralidade, apresentados anteriormente, nos propomos a fazer um diálogo a partir da realidade de uma cidade pequena situada no Sudoeste do Mato Grosso do Sul.

⁷ Os processos de reestruturação e redefinições espaciais na escala da Metrópole ocorrem num tempo muito mais rápido e dinâmico, do que, por exemplo, numa cidade de pequeno porte na periferia da formação sócio-espacial dessa mesma Metrópole, onde as transformações se dão de maneira mais lenta, excetuando-se nos casos em que articulação de agentes (como o Estado e Proprietários dos Meios de Produção) produzem reestruturações significativas na cidade, redefinindo o papel das porções espaciais, bem como sua articulação com cidades no entorno.

⁸ Por exemplo, Whittacker (2010) verificou que nas cidades de Presidente Prudente (SP) e São José do Rio Preto (SP) – cidades médias da rede urbana paulista –, a criação de novas áreas centrais (de concentração comercial e de serviços) redefiniu, mas não sobrepujou ao centro tradicional, que passou a agregar um conteúdo funcional com o paulatino processo de popularização dessa área; em Dourados/MS – cidade média da rede urbana sul-mato-grossense –, por exemplo, a redefinição socioespacial do centro tradicional se deu, como apontam Romero e Calixto (2013), pela implantação do Shopping Avenida Center em 2006, bem como outros seguimentos comerciais e de serviços, mantendo, todavia, o centro tradicional seu papel polarizador, porém redefinido por um conteúdo social de maior poder aquisitivo em alguns de seus segmentos.

Ademais, para além da discussão da centralidade urbana na escala da cidade – onde a discussão orbita em torno do processo de produção do espaço urbano de Jardim-MS, objetivando apreender como da materialização das porções da cidade consolida-se o centro –, o presente ensaio, volta-se, em alguns pontos, a apontar como a centralidade se manifesta na escala do sistema urbano (ou da rede urbana).

Para tanto, pautamos a discussão nas considerações de Gomes (2020), sobre o processo de produção do espaço urbano de Jardim, bem como nos estudos as relações interurbanas da cidade com seu entorno regional, realizados pelo IBGE (Regiões de Influência das Cidades) e por Gomes (2016). A partir dessas bases, procuramos apresentar desenvolver um debate que dialoga com as escalas intra e interurbana.

Resultados e discussões

Como já havíamos apontado, a centralidade urbana é característica inerente às formas espaciais materializadas ao longo do processo de produção do espaço urbano, seja de uma metrópole, de uma cidade de grande porte, de uma cidade média, ou mesmo de uma cidade pequena ou local.

Destaquemos a importância dessa categoria funcional do espaço: tal característica (centralidade) orientou e ajudou na definição conceitual de cidade. Souza (2011), por exemplo, lembrando-se dos estudos de Christaller na elaboração da Teoria das localidades centrais, argumenta sobre a natureza “centrípeta” da cidade, quando se trata de sua natureza geoeconômica, ou seja, de sua capacidade de atrair os fluxos espaciais para suas áreas centrais, em contraposição ao povoado, que tem sua dinâmica espacial produtiva voltada para as bordas da aglomeração, onde se dedicam à produção. Nesse sentido, ao contrário da cidade, são dinâmicas geoeconômicas, assevere-se, “centrífugas” que orientam a espacialidade do povoado; para suprir qualquer bem, não produzido na localidade, dirigem-se os fluxos para a cidade. Na mesma direção afirma Whiltacker:

Devemos ressaltar que não existe cidade sem centralidade, por isso se comprehende que a única categoria que pode ser utilizada para definir a cidade em todos os tempos é o centro. Mas deve-se procurar compreender o conteúdo da centralidade nos diferentes momentos históricos e recortes empreendidos para sua apreensão, na perspectiva de se entender como ela se realiza no âmbito de diferentes formações sociais. (2003, p. 128)

Considerando as formas espaciais (a cidade, na escala da rede, ou mesmo porções da mesma, na escala intraurbana) prenhe de conteúdos, se centrarmo-nos em sua funcionalidade podemos apreender, na relação parte-todo – parte da cidade com toda a cidade, ou mesmo da

cidade (como parte) em relação à sua região de influência (“todo regional”) –, como se configura a centralidade, ou seja, a capacidade que determinadas porções do espaço urbano tem de atrair e dispersar fluxos (de mercadorias, pessoas, informações...)⁹.

Para apreendermos como se configurou a centralidade urbana da/na cidade de Jardim, tomemos o caminho de sua reconstituição histórica, visando apreender a dialética da relação sociedade-espacço, bem como a dialética produção de localizações, de usos e apropriações do solo urbano da cidade. Pontuemos que as mudanças engendradas na escala intraurbana, (re)definem o papel da cidade na articulação reticular com os centros urbanos do segmento da rede urbana que mantém relações.

Como produto material, podemos marcar o início da cidade de Jardim em 1946, quando da criação da Vila Jardim, primeira porção espacial da futura cidade de mesmo nome. Numa escala regional (Sudoeste do atual Mato Grosso do Sul), havia o interesse do Estado (na época sob o centralismo do Governo Vargas) em possibilitar uma melhor articulação entre as cidades, vilas ou mesmo povoados que compunham essa porção territorial do então Sul de Mato Grosso. Um melhor controle territorial bem como uma escoação mais eficaz da produção primária dessas localidades estavam no escopo das políticas visadas. Canais de articulação ferroviária já haviam sido criados anos antes, dando origem a alguns núcleos urbanos, ligando outros, ou mesmo redefinindo seus papéis urbanos. Aquidauana perpassada pelos trilhos da Ferro Noroeste do Brasil, bem como Bela Vista e Porto Murtinho, ambas na fronteira com o Paraguai, deveriam ser interligadas por um sistema de comunicação rodoviário. Nesse sentido, no final da década de 1930 militares responsáveis pela construção da rodovia se deslocaram do município de Aquidauana, fixando-se próximo do vilarejo de Guia Lopes da Laguna, às margens do Rio Miranda. (Lima, 2006)

Em 1946, conforme já indicamos, é criada a Vila Jardim, proveniente do loteamento de 39 hectares da Fazenda Jardim, visando propiciar condições melhores para parte dos trabalhadores (civis) responsáveis pela construção das estradas. Pontue-se, que a Vila Jardim, primeira porção do espaço urbano da atual cidade de Jardim, num primeiro momento, tinha sua dinâmica urbana centralizada pela sede da Comissão Militar responsável pela construção da estrada. Sob a égide do governo central, o exército, na época, juntamente com a fixação num lugar, promovia uma estrutura com considerável grau de funcionalidade. Na sede da CER-3 (Comissão de Estradas de Rodagem N. 3 – como ficou conhecido o Batalhão a partir de 1945) havia, já na década de 1940/50, uma estrutura espacial que possibilitava o uso de diversos

⁹ Em aproximação a Silva (2013).

serviços, como educação, cuidados médicos, entretenimento/lazer, mecânicos, e habitação para os militares¹⁰. (Cavanha, 2010)

Nesse primeiro momento, de existência do núcleo inicial da cidade (Vila Jardim e área da CER-3), notamos a importância da referida Comissão Militar ligada ao Governo Federal na articulação da dinâmica socioeconômica e cultural da nascente cidade, exercendo, assim, uma centralidade inicial – para onde os fluxos se direcionavam e de onde se dispersavam.

Durante a década de 1950 teremos a primeira e considerável expansão do tecido urbano da cidade – sobretudo em decorrência da implantação do loteamento Vila Angélica (375 hectares) em 1958 –, pouco mais de uma década da fundação da Vila Jardim. Nesse período fluxos migratórios (frentes pioneiras) se direcionaram para o estado, elevando o quantitativo populacional do município de 2.591 (Censo de 1950) para 6.061 (Censo de 1960), entretanto, a extensão do tecido urbano para época, em 1958, somando-se as áreas loteadas e, numa aproximação, calculando-se a possível distribuição da população nessa área, teríamos um território urbano capaz de comportar cerca de 15.000 habitantes¹¹.

Em 1953 o então Distrito de Jardim, subordinado ao Município de Bela Vista, emancipa-se político-administrativamente, elevando-se a categoria de Município. Nesse movimento, institui-se, no âmbito jurídico-legal, a cidade de Jardim, pois sede municipal¹², com quantitativo populacional considerado para se adequar a essa categoria, segundo os critérios instituídos na época.

Até o final da década de 1950, verificamos uma expansão, com relação à Vila Jardim: a Leste (V. Camisão), a Norte-Noroeste (V. Angélica) e a Nordeste (V. Major Costa), conforme se pode notar na Figura 01. Tomando como escopo a relação parte-todo, a partir da expansão territorial da cidade, gesta-se a consolidação daquelas porções da cidade, nesse caso, a Vila Jardim, como área melhor localizada, para onde direcionam-se os fluxos, em razão da concentração de fixos (comércios e serviços).

Com relação ainda ao processo de estruturação urbana, na década de 1960 são produzidos dois loteamentos, estendendo a área urbana a Sul e Sudoeste, com relação à Vila Jardim.

¹⁰ Na área da CER-3 havia escolas, enfermaria, farmácia, cinema, praça, oficinas. (Cf. Cavanha, 2010)

¹¹ Sobre o número aproximado ver: GOMES, I. R. P. **O processo de produção dos vazios urbanos da cidade de Jardim-MS**. Jardim, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UEMS.

¹² Desde de 1938, toda a sede de município é considerada cidade, um critério político-administrativo adotado a partir do Estado Novo. Apesar da redação e alterações em textos legislativos de 1967, 1977, 1985 e 2002 o critério que define cidade como sede de Município permaneceu o mesmo, alterando-se, apenas, os critérios para criação de novos municípios no país.

Pontue-se que os novos loteamentos configuraram-se como desconexos à malha urbana¹³, configurando uma estrutura urbana descontínua com relação às demais porções da cidade. No âmago desse processo, a Vila Jardim, vai configurando-se, pois passa a agregar maior número de funcionalidades, à medida da expansão territorial e crescimento populacional da cidade, como área central, se torna, desse modo, seu centro tradicional.

Nesse período, considerando-se o acúmulo de fixos espaciais na cidade, na escala interurbana, podemos verificar, de acordo com o estudo do IBGE realizado em 1966 (Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, 1972), uma relevância das atividades urbanas ligadas aos bens e serviços, o qual se constata na classificação da cidade no quarto nível da hierarquia de centros urbanos¹⁴, exercendo centralidade sobre os pequenos núcleos de Bonito e Guia Lopes da Laguna.

Na década de 1970, numa escala macro, verificaremos a crise no sistema econômico em razão das altas no preço do petróleo, refletindo negativamente na balança comercial brasileira. A política de substituição de importações, bem como a expansão da fronteira agrícola sobre novos territórios a Oeste compuseram a agenda governamental, no âmbito da crise. Uma produção agrícola em novos moldes é gestada: modernização do campo através do uso de maquinários, insumos para a correção do solo, implantação de infraestrutura de rede elétrica, produção de silos e armazéns, etc. Nesse processo assistiremos a espacialização do modo de produção capitalista no campo sul-mato-grossense, representado principalmente pelas agroindústrias, que centralizavam, através de sua demanda e distribuição, a dinâmica produtiva no campo. (em aproximação a Misuzaki, 2005)

Uma das contradições gestadas nesse processo foi a expropriação dos agentes, principalmente aqueles ligados no labor da agricultura (seja familiar, os quais, boa parte, venderam suas terras diante da “valorização” fundiária, decorrentes do avanço dos latifúndios; ou mesmo do trabalhador do campo, substituído pelo maquinário), por novas técnicas produtivas, que possibilitaram a racionalização da produção, dispensando boa parcela do trabalho vivo.

Tal processo, engendrando o êxodo das pessoas do campo para a cidade, acentuará o processo de urbanização no estado, provocando transformações espaciais nas cidades sul-mato-

¹³ Não raro, nesses casos, práticas especulativas são gestadas. Lotear uma área descontínua do tecido urbano, deixando uma área vazia entre o novo loteamento e a cidade contínua, configura-se como loteamento de gleba, o que acarreta em maiores lucros, caso o proprietário detenha o monopólio da área em reserva, pois a mesma estará mais bem localizada e “valorizada” em decorrência do acúmulo de trabalho social na produção do entorno.

¹⁴ Níveis de hierarquias urbanas definidas no estudo: 1. Grande Metrópole Nacional, Metrópole nacional, centros metropolitanos regionais, centros macrorregionais; 2. centros regionais; 3. centros sub-regionais; 4. centros locais.

grossenses, por meio das ações articuladas (no entanto, nem sempre consensuais) dos agentes que passam a compor o quadro urbano da produção espacial.

Em Jardim, assistiremos, no final da década de 1970, a uma expansão considerável de seu tecido urbano. Como produto das relações sociais dos agentes vindos do campo (de outras porções territoriais ao entorno de Jardim, assevere-se), novos bairros foram criados, mediados, pontue-se pela ação dos agentes imobiliários: proprietários fundiários, loteadores e promotores imobiliários. Tais agentes implantaram e negociaram no mercado imobiliário, avançando já para a década de 1980, cerca de 30 projetos de loteamentos, contando com o papel de desregulação do uso do solo urbano por parte do Poder Público, que não exigia implantação de infraestruturas urbanas para a viabilização do empreendimento. (Gomes, 2012)

Nesse período, devido à acentuação das relações urbanas, materializadas na expansão territorial da cidade, assistiremos a uma consolidação/manutenção da funcionalidade de Jardim na rede de cidades. Sua hinterlândia, no final da década de 1970, de acordo com os estudos do IBGE, 1987 (Regiões de Influência das Cidades), é composta, além de seu território municipal, pelas cidades de Guia Lopes da Laguna e Nioaque¹⁵.

Nesse movimento de expansão territorial (Ver Figura 01), de produção de novas porções da cidade, na dialética parte-todo, assistimos à consolidação do centro tradicional, a antiga Vila Jardim, concomitante à produção das áreas periféricas da cidade. Tomando os devidos cuidados de aproximação (com relação à escala que estamos nos referindo – a cidade pequena), pontuemos que a periferia¹⁶, nesse sentido, seria aquela porção da cidade com menores aparatos de consumo coletivo, com uma paisagem marcada pela materialização das relações daqueles que detém menor poder aquisitivo, ou mesmo, pelo padrão urbanístico¹⁷ dos conjuntos habitacionais. Seriam, por fim, essas áreas onde o Estado direciona menor parte de suas ações, onde o preço do solo urbano é menor com relação a outras porções da cidade.

¹⁵ A cidade de Bonito, que aparecia no estudo anterior subordinada a Jardim, nesse período adquire centralidade, em razão, pressupomos, da complexificação de seus papéis, polarizando Porto Murtinho, centro urbano localizado no extremo Sudoeste do Mato Grosso do Sul.

¹⁶ Rodrigues (1988) pondera que não necessariamente a periferia são as áreas mais afastadas do seu par dialético (o centro), mas sim as áreas “mais pobres” das cidades. No nosso caso, tomando a expansão da cidade, temos a produção dessa periferia geométrica (Sposito, 2009), ao mesmo tempo com um conteúdo social de menor poder aquisitivo.

¹⁷ Por padrão urbanístico entendemos a ordenação de formas urbanas de acordo com um padrão, definido por técnicos e intelectuais, que se põe na pretensa tarefa, parafraseando Lefebvre (1999), de por “ordem” ao processo de urbanização. No caso dos conjuntos habitacionais, o padrão de formas estabelecidas por “pseudo-intelectuais” como pondera Santos (1993), é definido pelo nível de poder aquisitivo da população que ali irá habitar, produzindo-se, parafraseando o autor, habitações subnormais, tão reduzidas e confinadas que conduzem a toda espécie de promiscuidades.

Na década de 1990 assistiremos a uma redução, em relação à década anterior, do número de loteamentos. Isso se deu em razão da instituição da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano em Jardim-MS, até então inexistente. A partir de sua aplicação o proprietário e os promotores loteadores foram obrigados a implantar uma infraestrutura (arruamento, instalação de rede de energia, rede de água, arborização) na área a ser convertida em solo urbano. Desse modo, a cidade tem na década de 1990 a implantação de 09 loteamentos, destacando-se projetos produzidos próximos a conjuntos habitacionais ao Sul da BR-060 (Figura 01), ou seja, perto das localidades (com elementos de centralidade, ainda que menores com relação ao centro tradicional: praça, posto de saúde, escola) produzidas pelo Poder Público.

Na década de 1990, mais precisamente em 1993, o IBGE realizou mais um estudo sobre a hierarquia de centros urbanos, publicado em 2000 (Regiões de Influência das Cidades). No nível interurbano, para o período considerado, a centralidade de Jardim, de acordo com os parâmetros elencados pelo Instituto¹⁸, se exercia sobre as cidades de Bela Vista, Caracol, Guia Lopes da Laguna e Porto Murtinho. Considerando tal estudo, podemos inferir uma complexificação dos papéis funcionais exercidos por Jardim, em razão, é de se deduzir, do curso da urbanização durante a década precedente.

Nas duas últimas décadas (2000-2020), o número de loteamentos foi consideravelmente menor que nas décadas precedentes. Em números de 05 loteamentos e 07 conjuntos habitacionais, a cidade pouco se expandiu nesse período, configurando-se espacialmente conforme a Figura 01.

Ainda em relação às duas últimas décadas, na escala da rede urbana, Jardim passou da condição de um Centro de Zona B em 2007, para o papel de Centro Sub-Regional em 2018, consolidando seus papéis urbano-regionais na extensão para uma área de maior alcance espacial em relação à sua região de influência¹⁹. (IBGE, 2008; 2020)

¹⁸ Foram consideradas 46 funções centrais, subdivididas em três faixas: baixa complexidade; funções de média a elevada complexidade; e duas funções ligadas à procura por serviços de informação. Para maiores detalhes: Cf. IBGE, 2000.

¹⁹ Os centros de zona atendem apenas aos centros locais, dispondo ainda de papéis limitados (baixa complexidade), já os centros sub-regionais agregam algumas funções de média complexidade, atendendo não somente centros locais, como também centros de zona.



Figura 01. Expansão territorial (aproximada) do tecido urbano de Jardim-MS (1946-2019).

Fonte: Gomes, 2020.

Org. Gomes, 2024.

Conforme pesquisa realizada em 2016, pudemos constatar o significativo papel de centralidade regional de Jardim em relação ao Sudoeste do Mato Grosso do Sul. Apesar de a cidade não se configurar como principal destino dos fluxos a partir das respostas dadas pelos entrevistados²⁰, pois encontra-se na região de influência de Campo Grande, aparece em segundo lugar, centralizando boa parte daqueles que buscavam bens e serviços em outro centro:

Tabela 1 - Destino dos fluxos populacionais urbanos a partir da região Sudoeste

Cidade de destino	Número de vezes que foi citada
Campo Grande	175
Jardim	68
Dourados	34
Bella Vista Norte (PY)	33
Bela Vista	28
Aquidauana	26
Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (PY)	24
Bonito	16
Miranda	9
Carmelo Peralta (PY)	8

Fonte: Gomes, 2016, **Org:** Gomes, 2024.

Os papéis e funções implantados na cidade de Jardim ao longo do processo de produção do espaço urbano, consolidaram-na como um centro urbano relevante dentro de um contexto sub-regional, atendendo as diversas demandas (de média complexidade) dos municípios do entorno.

²⁰ Para saber mais sobre os procedimentos metodológicos, consulte-se Gomes (2016).

Considerações finais

Ao longo do processo de produção do espaço urbano de Jardim, assistimos à expansão de seu tecido, materialização da produção (*latu sensu*) dos agentes que dão vida à cidade, criando novas localidades; novos bairros surgem ao mesmo tempo que, em razão da consolidação do processo de urbanização, nessa pequena escala (cidade pequena), os papéis urbanos da cidade se diversificam e se definem. Papéis que, desde o núcleo inicial até o momento, vem se (re)definindo com a implantação de estruturas como escolas, prédio da prefeitura, abertura de vias, calçamento de avenidas, prédios públicos, pavimentação das principais vias (principalmente do centro), implantação de conjuntos habitacionais (com posterior implantação de asfalto e praças, em alguns, pontue-se).

Assim, na dialética parte-todo, uma vez que o centro se produz no âmago do processo maior de produção coletiva da cidade, a área central constituiu-se como a porção de maior acúmulo de trabalho social por parte, do papel do Poder Público, que age de forma a consolidar por meio da implantação de fixos nessas áreas, criando as localizações da/cidade. Acrescentemos que o Poder Público, nesse movimento de produção coletiva da cidade, age de forma a direcionar o acúmulo de trabalho social no centro, através de ações de reformas estéticas e funcionais, em conjunto com outros agentes (detentores de maior poder aquisitivo) que se fixaram na área; tal acúmulo de trabalho social se dá, assim, desigualmente no espaço, ou seja, todos produzem o espaço urbano, consolidando o centro, ao mesmo tempo, num exemplo mais palpável, todos pagam pelo uso e ocupação do solo (IPTU), e o Poder Público canaliza boa parte desses recursos no centro da cidade, em detrimento, por exemplo, da periferia²¹. Tal processo se deu ao longo da produção coletiva da cidade de Jardim.

Para além da implantação de fixos espaciais por parte do Poder Público, é no centro tradicional que se estabeleceram, a princípio como aponta Lima (2006), uma porção de agentes ligados ao comércio varejista da cidade. Constituía-se o centro, de início, como uma mescla de espaços residenciais e comerciais, os quais, paulatinamente, vão “cedendo lugar” para os estabelecimentos comerciais e de serviços (públicos e privados). Observando-se a face material atual do espaço (a paisagem, segundo Souza, 2011), não é difícil notarmos a concentração de lojas de departamento, supermercados, clínicas, consultórios, agências bancárias, espaços de lazer (restaurantes, bares, sorveterias, lanchonetes...), farmácias, lojas de variedades, etc., no

²¹ Ribeiro (1979).

centro tradicional da cidade, a antiga Vila Jardim, com maior presença na Av. Duque de Caixas, nomenclatura das BRs 060 e 267 no espaço urbano de Jardim (Ver Figura 01).

No prolongamento dessas vias, numa escala menor de centralidade, produziram-se subcentros, ou seja, áreas para onde se dirigiram estabelecimentos comerciais (supermercados, pequenas lojas de vestuário, conveniências, lojas de material de construção, de produtos ligados a produção agropecuária, farmácias, etc.), de serviços (oficinas mecânicas, eletro automobilísticas, garagens de carros, etc.), ou mesmo estabelecimentos que articulam esses dois setores (postos de gasolina, concessionárias), sem se sobrepor ao dinamismo do centro tradicional da cidade. Apontemos, num nível ainda menor de centralidade, a Av. Mato Grosso que apresenta, também, concentração de comércios e serviços.

Cabe pontuar que as formas materiais pela qual a centralidade se manifesta é prenhe de interesses. Esses se voltam para alguns “recortes” no espaço urbano de Jardim onde se concentram àqueles que detêm maior poder aquisitivo (em Jardim, representados principalmente pelos comerciantes).

De acordo com o documento de 2012 elaborado pela equipe do Plano Diretor Participativo de Jardim²², somente nas áreas centrais, definidas pelo Poder Público como zonas de dinamização econômica, serão implantadas medidas para fazer valer a função social da propriedade. Nessas porções espaciais serão aplicadas diretrizes – parcelamento ou edificação compulsórios; Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), progressivo no tempo; e, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública – para coibir a existência/manutenção de vazios urbanos.

Nesse sentido, é perceptível como o Poder Público age seletivamente, direcionando ações para fazer valer a função *social* da propriedade em porções da cidade voltadas principalmente a circulação/consumo capitalista – como se a função *social* se resumisse a manutenção do ciclo do capital, nos moldes de um espaço abstrato.

Por fim, na escala da realidade socioespacial da cidade de Jardim-MS, a centralidade liga-se, consideravelmente, ainda, ao centro tradicional. O grau de complexidade das relações sociais engendradas pelos agentes da produção do espaço não configura, ainda, a produção de novas formas espaciais, como as em curso na realidade metropolitana e de algumas cidades médias, da formação de uma cidade polinucleada, no dizer de Sposito (1999b). Em Jardim, identificamos, apesar de apontarmos um desdobramento numa escala menor de centralidade

²² JARDIM. Plano Diretor Participativo: **Produto 3**, Relatório dos eixos estratégicos, temas prioritários, propostas de zoneamento e instrumentos de estatuto, 2012.

Gomes, Igor Ronyel Paredes. *Sobre a centralidade urbana de Jardim-MS: notas a partir da escala de uma cidade pequena*. Revista Pantaneira, V. 25, EDIÇÃO ESPECIAL XXIII ENSUL, UFMS, Aquidauana-MS, 2024.

pelas principais avenidas, uma cidade monocêntrica, na qual o centro tradicional polariza a maior parte das relações do espaço urbano. Alguns conteúdos da centralidade urbana de Jardim mostram-se relevantes, conferindo à cidade relativo grau de articulação por meio de sua centralidade com os centros urbanos do entorno, despontando como centro sub-regional no Sudoeste do Mato Grosso do Sul.

Referências Bibliográficas

CALIXTO, Maria José Martinelli da Silva. O processo de consolidação da centralidade de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. In: **XI Workshop da Rede Pesquisadores sobre cidades médias** – ReCiMe. Dourados-MS. 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CAVANHA, Jaquerson Rosa. **O papel da Comissão de Estradas e Rodagem N° 3 – CER-3 na (re)produção do espaço urbano de Jardim-MS (1945-1984)**. Jardim, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UEMS.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, 2011.

_____. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

_____. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

_____. **A Rede Urbana**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1994.

GOMES, I. R. P. *Cidades pequenas e rede urbana: interações espaciais a partir do sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul*. 2016. 213p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

_____. **O processo de produção dos vazios urbanos na cidade de Jardim-MS**. Jardim, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UEMS.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

_____. **Regiões de influência das cidades**. 2008.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. **Regiões de influência das cidades**. 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JARDIM. **Plano Diretor Participativo**: Produto 3, Relatório dos eixos estratégicos, temas prioritários, propostas de zoneamento e instrumentos de estatuto, 2012.

_____. **Plano Diretor Participativo**: Produto 2, Relatório da leitura da realidade do município, 2011.

LEFEBVRE, Henri. A cidade e a divisão do trabalho. In_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 29-73.

Gomes, Igor Ronyel Paredes. *Sobre a centralidade urbana de Jardim-MS: notas a partir da escala de uma cidade pequena*. Revista Pantaneira, V. 25, EDIÇÃO ESPECIAL XXIII ENSUL, UFMS, Aquidauana-MS, 2024.

_____. A ilusão urbanística. In _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 139-150

LIMA, Rita Carmem Braga. **Jardim**: a história de uma cidade. Editora Limotype. Ed. Gráfica Bodoquena, Jardim/MS, 2006.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo. In: **Terra Livre**. Goiânia, n. 25, v. 2, p. 81-93, jul./dez. 2005.

RIBEIRO, Luiz C. Notas sobre a renda da terra urbana. **Chão - Revista de Arquitetura**. Rio de Janeiro, n.5, 1979, p. 97-104.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Terra como Mercadoria. In: _____. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988. cap. 3, p.16-27.

ROMERO, Hamilton; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. A redefinição da centralidade urbana em Dourados-MS: um estudo a partir do Shopping Avenida Center. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. **Anais**, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Espaço e sociedade**: ensaios. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, Oséias Teixeira da. O conceito de centro e centralidade como um instrumento de compreensão da realidade urbana. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. **Anais**, Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geografia**. São Paulo, Volume 10, p 1-18, 1991.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: **Território**, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, n. 4, 1998, p. 27-37.

_____. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GAsPERR, 1999a, p. 13-29.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A. & SEABRA, O. C. L. **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999b.

SPOSITO, Eliseu Savério.; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades Pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

WHITACKER, Arthur Magon. Centralidade intraurbana e morfologia em cidades médias: transformações e permanências. In: XI Seminario Internacional RII y IV Taller de Editores RIER, junto ao Grupo temático 5: Ciudades intermedias: transformaciones y perspectivas, 2010, Mendoza, Argentina. **Anales del XI Seminario International RII y IV Taller de Editores RIER**. Mendoza: Universidad Nacional del Cuyo, 2010. v. 1. p. 1-20.

_____. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. Presidente Prudente, 2003. Tese. (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP.